Amazônia: desmatamento e novas formas de ocupação

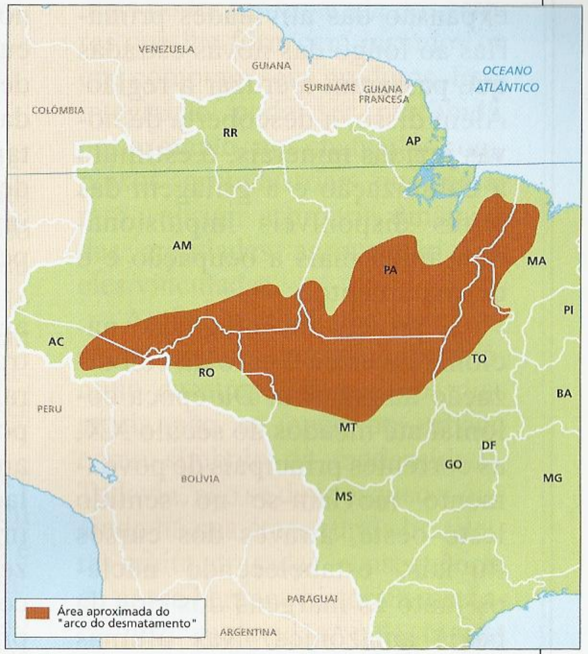
As últimas informações a respeito do desmatamento da Amazônia indicam que está havendo diminuição do ritmo da destruição da floresta, embora os números ainda sejam muito preocupantes. Comparativamente ao que ocorreu no biênio 2003-2004, quando se constatou que a área desmatada foi de 26.130 km², no de 2006-2007, a destruição foi bem menor, cerca de metade do registrado anteriormente. Até hoje a floresta perdeu cerca de 18% (quase 700 mil km²) de sua área original, superfície que corresponde a cerca de quinze vezes a área do estado do Rio de Janeiro.

Em anos recentes, a expansão da soja tem impulsionado o processo de desmatamento, na medida em que estaria "empurrando" a tradicional atividade pecuária para áreas da franja meridional da floresta amazônica. Para comprovar esse processo, constatou-se que em vários municípios da região central de Mato Grosso, o rebanho vem diminuindo, enquanto a produção de soja está se expandindo. Ao mesmo tempo, tem havido grande crescimento do número de bovinos na porção norte do estado. Em cerca de dez anos, a soja desenvolveu-se celeremente para o norte mato-grossense, e a área plantada teve incremento de 400%. Ao mesmo tempo, a superfície desmatada cresceu mais de 130% nos últimos dois anos.

Os estados mais afetados pelo desmatamento foram o Pará, Mato Grosso e Maranhão, que concentram cerca de três quartos de toda a destruição. O fato confirma que a ação predatória tem sido mais dramática nas porções orientais e meridionais da Amazônia. Essa vasta área, à qual poderiam ser incluídos Rondônia e a porção sul-oriental do Acre, forma um cinturão que passou a ser denominado "arco do desmatamento".

A concentração espacial da destruição tem como explicação o processo de ocupação pelo qual toda a Amazônia brasileira tem passado nas últimas décadas. Até os anos de 1960, o fenômeno do desmatamento era bem pouco expressivo, não só em função da pequena população estabelecida na região, como também pelos tipos de atividade econômica ali desenvolvidos, especialmente o extrativismo vegetal (borracha, castanha etc.), que causavam danos superficiais ao meio ambiente. Nessa época, a única forma efetiva de penetração na região era através da navegação fluvial, fato que também contribuía para a preservação da floresta. Até 1978, cerca de apenas 4% da vegetação original da floresta havia sido destruído.

A estratégia do governo em integrar a Amazônia ao contexto econômico do país mudou esse panorama. A transferência da capital federal para Brasília e posteriormente a construção de rodovias de integração, como a Belém–Brasília, estimularam a



O desmatamento na Amazônia

expansão das atividades primárias ao longo das novas estradas que passaram a cruzar a região. Além disso, a descoberta de novas jazidas minerais, o estímulo à colonização e a grilagem das terras disponíveis impulsionaram ainda mais a ocupação e o desmatamento.

O projeto de integração nacional inverteu o eixo da colonização amazônica. Da época colonial até meados do século XX, as correntes principais de povoamento moviam-se no sentido leste–oeste, através dos cursos fluviais, estabelecendo núcleos junto às margens dos rios da bacia amazônica. Nas últimas décadas, os fluxos migratórios passaram a se verificar no sentido sul–norte, através das rodovias que interligam o Centro-Sul à Amazônia. Assim, o processo recente de ocupação e valorização econômica do espaço vem exercendo um impacto inédito sobre o ambiente natural.

A geógrafa Bertha K. Becker, uma das maiores especialistas do país em Amazônia, advoga presença mais intensa do governo federal na região, no sentido de dar ênfase às atividades econômicas não predatórias e à recuperação de áreas alteradas por desmatamentos ou abandonadas. Essas áreas poderiam servir tanto para promover iniciativas de reforma agrária como para impedir a expansão da soja e da pecuária pela floresta.

No que se refere à reforma agrária, ela afirma que o modelo tradicional de assentamento rural não funciona na Amazônia, pois não atende às necessidades ambientais e sociais da população. Uma das saídas seria a implementação de grandes fazendas de colonos em esquema cooperativo, para possibilitar produção em maior escala.

Ela também defende a ideia de que a floresta só será conservada quando lhe for atribuído valor capaz de gerar dividendos enquanto ela estiver "em pé". Nesse sentido, há vários campos a ser explorados e desenvolvidos, como a nutracêutica (alimentos naturais encontrados na floresta e que geram bem-estar e saúde) e a dermocosméstica (matérias-primas para a produção de cosméticos), especialidades cada vez mais exploradas tanto no Brasil como no exterior.